

500 QUESTÕES

PM-BA

SOLDADO (CFS)



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO



PM BA

*500 Questões Gabaritadas
Soldado (CFS)*

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	39

HISTÓRIA DO BRASIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

GEOGRAFIA DO BRASIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	23

MATEMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	16

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	15

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	14

IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	16

DIREITO PENAL MILITAR

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	17

SUMÁRIO



1. (FCC - 2025)

Para responder à questão, considere a crônica “O homem que falava naiki” do escritor Luis Fernando Veríssimo (1936-2025).

Quando queriam dar uma ideia de erudição do dr. Solis, as pessoas diziam:

– *Basta dizer que ele fala naiki.*

Ninguém sabia onde, no mundo, se falava naiki e o próprio dr. Solis, sempre muito circunspeto¹, não ajudava. Dizia apenas:

– *É uma língua do grupo dravídico...*

Os pais apontavam o dr. Solis às crianças como exemplo de inteligência e cultura. Aliás, os dois exemplos da cidade eram o dr. Solis e o Lelo. O dr. Solis era o exemplo de inteligência e o Lelo, o exemplo de burrice. As crianças deviam estudar para não ser como o lelo. E se estudassem muito um dia ainda seriam como o dr. Solis.

Caravanas de estudantes iam à casa do dr. Solis. “Viemos beber da sua cultura”, dizia a professora. E as crianças, um pouco assustadas, rodeavam o dr. Solis na suabiblioteca. O dr. Solis sorria, pacientemente. Alguma pergunta?

– *O senhor já leu todos esses livros?*

– *Já.*

Às vezes uma se arriscava e pedia:

– *Diz alguma coisa em naiki.*

E o dr. Solis:

– *Za cadu arrarmarral cadverno.*

– *Traduz.*

Mas aquilo já era pedir demais. A professora arrebanhava as crianças para irem embora. Estavam cansando a inteligência do dr. Solis.

Alguns cétricos da cidade desconfiavam que o dr. Solis era um farsante.

E prepararam uma armadilha. Um dia chegaram na casa do dr. Solis com a notícia de que aparecera na cidade, imagine, outra pessoa que falava naiki. O dr. Solis não se afobou. Perguntou onde estava essa pessoa. No hotel? Muito bem. Então precisava ir até lá conversar com ela.

A novidade, como podem imaginar, se espalhou rápido. O Lelo anunciou que ia haver um monólogo entre os dois, e em naiki. Quando o dr. Solis chegou no hotel havia um bom público para assistir ao encontro das duas inteligências. O forasteiro, outro farsante, contratado para pôr o dr. Solis à prova, já o recebeu com uma frase:

– *Bassau rarim ai montul?*

O dr. Solis franziu a testa e ficou olhando para o forasteiro, sem dizer nada. Depois disse:

– *Como?*

Já com um ar superior, o outro repetiu:

– *Bassau rarim ai montul?*

Suspense na plateia. O dr. Solis seria desmascarado? Será que os cétricos tinham razão? Que todo este tempo o dr. Solis mentia para eles e realmente não sabia uma palavra em naiki? Nem “bom dia”?

– *Repita, por favor – pediu o dr. Solis.*



1. (FCC - 2023)

No início da colonização portuguesa no Brasil, o emprego do sistema de Capitânicas Hereditárias teve como objetivo

(A) incentivar o povoamento, por meio da distribuição de lotes de terras restritos à faixa litorânea que ainda permaneciam como sendo de propriedade e administração do rei, mas podiam ser explorados economicamente pelos donatários e por seus herdeiros.

(B) acelerar a ocupação de uma região que se estendia do litoral atlântico ao Meridiano de Tordesilhas, por meio da doação de terras a homens de posses, que pudessem desenvolvê-las com recursos próprios, mediante o pagamento de tributos.

(C) promover o desenvolvimento de uma vasta região do território a partir de um experimento inédito, ainda não empregado pela Coroa em suas colônias, e que se mostrou ineficiente, pois diversas capitânicas fracassaram.

(D) assegurar a participação direta de nobres e burgueses ligados à Coroa portuguesa no esforço de colonização, tarefa que resultou, nas catorze capitânicas regulamentadas, na instalação de vilas e sesmarias voltadas ao cultivo da cana.

(E) atrair investidores de diversas nacionalidades, que tivessem capital para empregar na colonização, adquirindo escravizados e se comprometendo, mediante um contrato assinado com a Coroa Portuguesa e com a Igreja Católica, a empregar as leis portuguesas e a catequizar índios e escravizados.

2. (FCC - 2021)

No dia 29 de março de 1549, o fidalgo português Tomé de Souza desembarcou na Baía de Todos os Santos, no Porto da Barra, iniciando a implantação do Governo Geral na Colônia. A partir daí,

(A) ficou estabelecido o fim das Capitânicas Hereditárias, especialmente após o trágico episódio ocorrido com o donatário da capitania da Baía de Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, morto pelos Tupinambás em Vila Velha, em 1546, em um ritual antropofágico.

(B) passou a ser construída a Cidade do São Salvador, que foi projetada pelo construtor Luís Dias para funcionar como sede do Governo Geral na América Lusitana, com prédios imponentes construídos na Cidade Baixa, devido ao fácil acesso ao mar.

(C) houve a implantação de um sistema centralizado de poder, por meio do qual o Governador Geral, situado na Cidade do São Salvador, passava a fiscalizar e organizar a Colônia, sendo auxiliado pelo Provedor-Mor, Ouvidor-Mor e Capitão-Mor.

(D) chegaram padres Jesuítas que foram os mais importantes missionários na atuação religiosa na Bahia, priorizando a formação educacional dos nativos e permitindo aos autóctones autonomia para permanecer com suas crenças e costumes.

(E) foi implementado um auxílio do governador aos povos indígenas, que tiveram proteção das autoridades régias contra a escravização promovida pelos colonos, ficando legalizada a proibição dessa prática em solo baiano.



1. (FGV - 2025)

Nas últimas duas décadas foi crescente o interesse político e econômico voltado para a implementação de modelos urbanos inteligentes, incentivado pelo acelerado processo de inovação tecnológica.

Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/cidades_inteligentes.pdf. Acesso: 25 Out. 2024.

Com relação a esse tema que tem ocupado o debate acerca do futuro das cidades, tem se destacado na

I. presença de organizações internacionais, principalmente em relação aos serviços de consultoria e de provedores de tecnologia.

II. busca da melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, garantindo que a distribuição desses serviços ocorra nos diferentes territórios de forma igualitária.

III. redução da participação do Estado, em relação ao provimento de recursos públicos e às ações de planejamento e normatização dos espaços urbanos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (FGV - 2024)

Os processos de globalização e de transnacionalização focalizaram as potencialidades de um novo tipo de conflito, no qual, devido as altas taxas de urbanização durante o final do século XX nos países do Sul Global, as cidades produzem novas centralidades e marginalidades. A atualidade da conflitualidade urbana na América Latina está representada no relatório Citizen Security do Instituto Igarapé, o qual aponta que, dos 20 países mais homicidas do mundo, 17 estão localizados na América Latina, assim como 43 das 50 cidades mais violentas. A região também observa um crescimento de suas taxas de homicídios em 3,7% por ano, três vezes o crescimento populacional de 1,1%. Cabe ressaltar ainda a vulnerabilidade de certos grupos sociais.

Rodrigues, Guilherme Ribeiro Faria. *As cidades como novos lócus dos conflitos contemporâneos: uma análise da violência urbana na América Latina*. Disponível em: <https://www.aacademica.org/maria.del.carmen.villarreal.villamar/33.pdf#page=39>. Acesso em: 14 jul. 2024. Adaptado.

Assinale a alternativa que apresenta os fatores que contribuíram para a inserção da violência no processo de construção dos Estados e identidades nacionais dos países da América Latina.

- (A) Rápida urbanização, fácil acesso a armas de fogo e inadequação de políticas sociais de segurança e paz.
- (B) Construções históricas e institucionais dos processos de colonizações, ausência de lutas por independência, longo período de escravidão e governos ditatoriais.
- (C) Problemas de segurança, urbanização fortemente influenciada por aspectos culturais europeus e conflitos entre nações.
- (D) Sistema de segurança que privilegia o Estado, fácil acesso às armas de fogo e conflitos transfronteiriços.
- (E) Influência linguística e cultural norte-americana, rápida urbanização e controle internacional sobre políticas locais.

**1. (FCC - 2025)**

Considerando os 60 sócios mais frequentes de um clube de oficiais, cada um deles pratica pelo menos um dentre os esportes futebol, natação e tênis. Todos os sócios que praticam tênis também praticam futebol. O número desses sócios apenas futebol é igual ao dobro do número de sócios que praticam apenas natação. São 12 sócios que praticam futebol e natação, mas não praticam tênis. São 15 sócios que praticam os três esportes e 15 que praticam apenas futebol e tênis. Nesse grupo de sócios e considerando apenas esses três esportes, o número dos que praticam apenas futebol! é

- (A) 12
- (B) 4
- (C) 6.
- (D) 8
- (E) 10

2. (FCC - 2022)

Se escrevermos os números inteiros de 0 a 100, o número de vezes que aparecerá o algarismo 7 é:

- (A) 10
- (B) 11
- (C) 21
- (D) 19
- (E) 20

3. (FCC - 2024)

Em um campeonato de futebol por pontos corridos, em cada jogo o ganhador marca 3 pontos, o perdedor marca 0 pontos e se há empate cada time ganha 1 ponto.

Uma equipe que jogou 24 partidas totalizou 50 pontos. O número máximo de jogos que pode ter perdido é

- (A) 3.
- (B) 6
- (C) 2.
- (D) 5
- (E) 4



1. (FCC - 2025)

Um Tribunal Regional do Trabalho precisa armazenar documentos sigilosos em uma pasta dentro do sistema Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Para garantir que apenas usuários autorizados possam acessar e modificar os arquivos já nela inseridos, é necessário configurar corretamente as permissões de segurança da pasta. Para isso, é necessário clicar na pasta com o botão direito do mouse,

- (A) acessar Propriedades > Segurança, clicar em Editar... remover usuários indesejados e adicionar apenas os usuários autorizados, ajustando para cada um as permissões, conforme necessário.
- (B) localizar e alterar a configuração de Compartilhamento Avançado, desmarcar a opção “Compartilhar esta pasta”, garantindo assim que apenas o criador da pasta tenha acesso.
- (C) acessar Propriedades > Segurança > Avançado, remover todos os usuários da lista e manter apenas o grupo Administradores, pois estes são os únicos usuários autorizados.
- (D) acessar Propriedades, ativar a opção Somente Leitura e, em seguida, alterar as permissões de compartilhamento para “Acesso Público”, permitindo que apenas usuários autenticados possam modificá-la.
- (E) mover a pasta para a unidade C:\Windows. pois qualquer pasta criada nessa localização herda permissões restritivas por padrão. Em seguida, modificar as permissões na guia Compartilhamento. concedendo acesso apenas aos usuários autorizados.

2. (FCC - 2024)

No Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário, executando como administrador, na área do *prompt* de comandos (cmd), digita `help attrib` para saber como os parâmetros R e H serão úteis para o que ele necessita fazer com alguns arquivos. Assim, ele obteve o significado desses parâmetros que são, correta e respectivamente, um atributo de

- (A) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo oculto.
- (B) restauração de arquivo e um atributo de exame de integridade de arquivo.
- (C) arquivo morto e um atributo de integridade de arquivo.
- (D) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo padrão.
- (E) recuperação de arquivo fixado e um atributo de arquivo sem conteúdo indexado.

3. (FCC - 2022)

Os documentos criados em um computador com Microsoft Windows normalmente são gravados em uma pasta chamada Documentos do HD ou SSD, ou em outra pasta selecionada pelo usuário. Para evitar a perda do documento caso ocorram falhas graves nesses dispositivos de armazenamento, é aconselhável manter um backup do documento em um pen drive ou HD externo, por exemplo. Estando duas janelas do Windows abertas, lado a lado, sem documentos selecionados, uma com a pasta Documentos do HD e outra com a unidade de pen drive, para copiar um arquivo da pasta Documentos para o pen drive basta

- (A) pressionar as combinações de teclas CTRL + X e CTRL + V.
- (B) manter pressionada a tecla SHIFT e arrastar o arquivo da janela da pasta Documentos para a janela do pen drive.
- (C) arrastar o arquivo da janela da pasta Documentos para a janela do pen drive.



1. (FCC - 2023)

A separação de poderes, prevista na Constituição Federal de 1988, configura-se como

- (A) fundamento da República.
- (B) princípio fundamental.
- (C) princípio de regência das relações internacionais.
- (D) objetivo fundamental da República.
- (E) direitos e garantias individuais e coletivos.

2. (FCC - 2021)

Antônio teve decretadas em seu desfavor interceptações telefônicas pela autoridade judicial competente para investigação de fato certo, tipificado como crime apenado com reclusão. No curso dessa diligência, foram descobertas outras infrações penais, revelando outros autores e partícipes. Sobre esse caso concreto, os Tribunais Superiores entendem que a prova emprestada

- (A) não é admitida em razão de, nesta parte, ter sido obtida por meio ilícito.
- (B) é admitida, pois relativa a crime conexo praticado pelo mesmo averiguado interceptado.
- (C) é admitida, quando se tratar de outro fato e as partes forem coincidentes.
- (D) é amplamente admitida, desde que garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- (E) não é admitida, salvo se os fatos novos ou autores já estiverem incluídos em procedimento em curso.

3. (FCC - 2020)

Ao disciplinar a liberdade religiosa como direito fundamental e aspectos correlatos, a Constituição Federal

- (A) assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva, sujeita aos termos da lei, que poderá, no entanto, vedá-la nas entidades militares, quando necessário aos imperativos da segurança nacional.
- (B) veda que se estabeleçam formas de proteção aos locais de culto e suas liturgias, sob pena de ofensa à laicidade do Estado brasileiro.
- (C) impede que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa, exceto se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que terá direitos políticos suspensos.
- (D) autoriza União, Estados, Distrito Federal e Municípios a agirem, na forma da lei, em colaboração de interesse público com cultos religiosos ou igrejas.
- (E) proíbe a instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços de templos de qualquer culto, ainda que não relacionados com suas finalidades essenciais.



1. (FCC - 2024)

Documento que é considerado um marco na história dos direitos humanos e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações,

(A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, enuncia uma gama de direitos e liberdades que não poderão, em nenhum caso, ser exercidos contrariamente às finalidades e aos princípios das Nações Unidas.

(B) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, constitui uma Comissão e uma Corte de Direitos Humanos como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes no Pacto.

(C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que o exercício pelos indivíduos dos direitos e liberdades que enuncia só poderá ser limitado pela lei, exclusivamente com o fim de garantir o exercício dos direitos e liberdades dos outros.

(D) o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966 consigna que os Estados-Partes comprometem-se assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que enumera.

(E) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, prevê que nenhuma de suas disposições poderá ser interpretada de forma a excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou decorrentes de forma democrática de governo.

2. (FCC - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas e prevê que as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio

(A) gozarão da mesma proteção social.

(B) deverão gozar de um patamar mínimo de direitos, de acordo com o contexto nacional.

(C) adquirirão a nacionalidade de suas genitoras, quando não atenderem ao regramento nacional para aquisição de nacionalidade.

(D) têm direito a cuidados e assistência especiais. exceto para aquelas advindas de adoção simples.

(E) obterão a proteção estatal quando o poder familiar não decorrer do nascimento com vida.

3. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

(A) todo ser humano tem direito à educação, favorecendo a amizade apenas entre todos os grupos raciais, mas não a amizade entre todos os grupos religiosos.

(B) todo ser humano tem direito à educação, obrigatória no ensino fundamental e superior, sendo que esta última será baseada na condição social e não no mérito.

(C) todo ser humano tem direito à educação, a qual será gratuita obrigatoriamente nos graus elementares, fundamentais e superiores.

(D) a educação elementar não é obrigatória, sendo gratuito o ensino técnico-profissional.

(E) os pais têm prioridade do direito na escolha do gênero de educação que será ministrada a seus filhos.



1. (FCC - 2024)

Trata-se de princípio(s) da Administração Pública expressamente previsto(s) na Constituição Federal:

- (A) Supremacia do interesse público.
- (B) Proporcionalidade e Igualdade.
- (C) Motivação e Economicidade.
- (D) Proibição Administrativa e Eficácia.
- (E) Eficiência e Moralidade.

2. (FCC - 2022)

O ato administrativo consistente na publicação da nomeação de novos servidores públicos no Diário Oficial do Estado do Amazonas atende ao princípio da

- (A) eficiência.
- (B) publicidade.
- (C) proporcionalidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) supremacia do interesse público.

3. (FCC - 2022)

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4. (FCC - 2022)

Com relação aos princípios da Administração Pública,

- (A) o rol dos princípios da Administração Pública elencados na Constituição Federal é exaustivo.
- (B) os Poderes Legislativo e Judiciário não estão sujeitos aos princípios da Administração Pública no exercício de suas funções típicas ou atípicas.
- (C) o princípio da eficiência não constava da redação original da Constituição Federal, sendo posteriormente incluído por meio de uma emenda, quase dez anos após a sua promulgação.



1. (FCC - 2022)

O dolo direto de segundo grau

- (A) impede a desclassificação do delito para a forma tentada.
- (B) é puramente cognitivo no direito penal brasileiro.
- (C) leva em consideração a finalidade última do agente representado pelo resultado típico.
- (D) está presente quando o agente tem consciência do risco criado por seu comportamento, considera seriamente sua realização e se conforma com o resultado lesivo.
- (E) se verifica com a consciência sobre os resultados necessários para atingir determinado fim e a vontade de seguir adiante.

2. (FCC - 2022)

César é açougueiro e está trabalhando regulamentemente no freezer do açougue, quando uma pessoa, fugindo da Polícia, se esconde atrás de algumas peças de carne, sem que César tenha percebido. Ao terminar seu turno, cansado, César acaba jogando uma enorme faca em direção a um armário, momento em que a faca acaba por acertar fatalmente o fugitivo. Sobre a conduta de César, trata-se de caso de exclusão

- (A) do dolo por erro de tipo.
- (B) da imputabilidade.
- (C) da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.
- (D) do dolo por erro de proibição.
- (E) de ilicitude.

3. (FCC - 2020)

Em relação à tipicidade penal, **correto** afirmar que

- (A) é excluída pelos chamados princípios da insignificância e adequação social, ausentes tipicidade formal e material, respectivamente.
- (B) o consentimento do ofendido, às vezes, pode afastar a própria tipicidade da conduta e, em outras, constituir causa suprallegal de exclusão da ilicitude, segundo entendimento doutrinário.
- (C) o erro sobre elemento do tipo exclui o dolo e, por isso, incide sobre a ilicitude do comportamento, refletindo na culpabilidade, de modo a excluí-la ou atenuá-la.
- (D) é afastada nas hipóteses de crime impossível e arrependimento posterior.
- (E) o dolo, segundo a teoria finalista, constitui elemento normativo do tipo.



1. (FCC - 2024)

De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, é correto afirmar:

- (A) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar o progresso adequado de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a eles igual exercício de direitos humanos, ainda que tais medidas conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.
- (B) Essa Convenção também se aplica às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte entre cidadãos e não cidadãos.
- (C) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais para proporcionar a tais grupos igual gozo de direitos humanos, podendo tais medidas prosseguir, de acordo com cada Estado Parte, após terem sido alcançados os seus objetivos.
- (D) Nada nesta Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas à nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.
- (E) “Discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas apenas em raça ou cor que tem por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, num mesmo plano, de direitos humanos em qualquer domínio da vida pública.

2. (FCC - 2024)

O Estado “X”, Parte na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, julgou que o Estado “Y”, igualmente Parte, não aplicou as disposições nela contidas. Assim, chamou a atenção do Comitê, o qual trata da eliminação da discriminação racial, sobre a questão. Então, o Comitê transmitiu a comunicação ao Estado Parte “Y” que, no prazo de

- (A) um ano, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de dezoito meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.
- (B) três meses, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de seis meses a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, tanto um como o outro terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, endereçando uma notificação ao Comitê assim como ao outro Estado interessado.
- (C) dois meses, no máximo, submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas por ele. E, se dentro de um prazo de um ano a partir da data do recebimento da comunicação original por esse Estado a questão não for resolvida a contento dos dois estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver à sua disposição, os Estados interessados não terão o direito de submetê-la novamente ao Comitê, devendo recorrer à Assembleia Geral das Nações Unidas.

**1. (2025)**

João e Matheus, policiais militares do Estado Alfa, mediante emprego de arma de fogo e agindo com dolo, reuniram-se e utilizaram de determinado quartel para uma ação militar, em desobediência a uma ordem superior.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é **correto** afirmar que João e Matheus responderão pelo crime de

- (A) omissão de lealdade militar.
- (B) insubmissão.
- (C) conspiração.
- (D) revolta.
- (E) motim.

2. (FCC - 2025)

Reunirem-se militares armados, agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la, configura, em tese, o crime de

- (A) organização de grupo para a prática de violência.
- (B) motim.
- (C) revolta.
- (D) conspiração.
- (E) omissão de lealdade militar.

3. (2024)

João, José e Carlos, militares do Exército Brasileiro, após receberem ordem legal de Petrônio, superior hierárquico, reuniram-se espontaneamente e, mediante o emprego de arma de fogo, negaram-se a cumpri-la.

Registre-se, que, no momento da recusa ao cumprimento da determinação, Márcio, militar subordinado a Petrônio, agindo com dolo e sem dispor de prévio conhecimento sobre os fatos, deixou de utilizar de todos os meios ao seu alcance para impedir o ato criminoso. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar), assinale a afirmativa **correta**.

- (A) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.
- (B) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de motim.
- (C) João, José e Carlos responderão pelo crime de revolta. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.
- (D) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.
- (E) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!